ACAMPAMENTOS E REFORMA AGRÁRIA NA FRONTEIRA BRASIL – PARAGUAI

Douglas Menezes De Oliveira (menezes.1995@hotmail.com)

A forma de organizar a luta pela terra, através de acampamentos, se tornou nas últimas décadas do século XX a principal estratégia difundida entre os trabalhadores rurais sem terra no Brasil. A organização de acampamentos redefiniu e unificou todas as formas de lutas existentes para demandar a criação de assentamentos rurais. Atualmente essa forma de luta é compartilhada entre diferentes movimentos sociais e sindicais vinculados ao campo. O objetivo desse trabalho foi realizar uma análise da formação da luta pela reforma agrária na região meridional do estado de Mato Grosso do Sul na fronteira entre Brasil e Paraguai. Para o desenvolvimento desse estudo realizamos uma revisão bibliográfica sobre a questão agrária e a organização dos movimentos sociais do campo. A abordagem teórica esclarece que ocorreram dois momentos fundamentais que caracterizam o problema no meio rural brasileiro: 1) a separação dos trabalhadores rurais de suas condições objetivas de sua realização, ou seja, a separação entre o trabalhador e os instrumentos necessários para produzir os meios de subsistência; 2) a aliança entre a terra e o capital na formação da propriedade da terra, bem como a expansão das relações de produção capitalista no campo. Essas duas formas integradas constituem os fundamentos da expropriação e exploração dos trabalhadores rurais. No segundo momento, utilizamos como técnica de coleta de dados, as fontes secundárias da plataforma do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Os dados censitários do IBGE apresentam elementos das transformações estruturais ocorridas no campo do estado de Mato Grosso do Sul. Os dados do INCRA apresentam a relação de projetos de assentamentos criados no estado. A ausência de desapropriação de imóveis rurais desde o ano de 2010 são os fatores que intensificam ainda mais o surgimento de novos acampamentos e a instalação de novas famílias vivendo em barracos de madeira debaixo da lona às margens das rodovias. Portanto, consideramos que o parâmetro nacional de reforma agrária assegurada pelo Estado é incompatível com os interesses dos trabalhadores acampados, sendo incapaz de promover o acesso a terra. Diante desse quadro social o resultado dessa pesquisa aponta possibilidades para a reflexão de novas políticas públicas para os trabalhadores do campo como forma de resolução dos problemas presente na questão agrária brasileira.